

Alteração e jogo avaliativo nas eleições brasileiras de 2010: polêmicas entre José Serra e Dilma Rousseff

William Augusto Menezes
Universidade Federal de Ouro Preto



Résumé : Partant des notions d'altération et de jeu évaluatif (Peytard, 1993), nous examinons un événement spécifique de mise en scène des stratégies discursives dans les élections présidentielles au Brésil en 2010 : la dénonciation de la corruption. L'analyse prend en compte les procédures de formulation et de reformulation dans le discours médiatique et dans les discours des candidats José Serra et Dilma Rousseff. Le corpus utilisé est formé par la presse et dans les médias télévisés et en ligne. À la fin, nous considérons également l'importance des notions avancées par Jean Peytard pour une compréhension sur la mémoire discursive.

Mots-clés : Jeu évaluatif, stratégies discursives, discours politique, mémoire discursive

Resumo: A partir das noções de *alteração e jogo avaliativo* (Peytard, 1993), examinamos um momento específico de encenação de estratégias discursivas nas eleições para a presidência do Brasil, em 2010: um episódio de denúncia de corrupção. A análise leva em conta procedimentos de formulação e de reformulação no discurso midiático e no discurso dos candidatos José Serra e Dilma Rousseff, em *corpus* da mídia impressa e televisiva, recolhido *online*. Ao final, consideramos também a importância das noções avançada por Peytard para uma compreensão sobre a memória discursiva.

Palavras-chave: Jogo avaliativo, estratégias discursivas, discurso político, memória discursiva

Abstract: From the notions of alteration and evaluative game (Peytard, 1993) we examine one specific moment in which discursive strategies were staged during the Brazilian presidential elections in 2010: a denunciation of corruption. The analysis will consider the procedures of formulation and reformulation in media's discourse and also in the speech of candidates José Serra and Dilma Rousseff. The corpus used is formed by medias from TV, printed and online. At the end, we also consider the importance of notions advanced by Peytard for a comprehension of discursive memory.

Key words: Evaluative game, discursive strategies, political discourse, discursive memory

Introdução

Segundo Jean Peytard, a troca verbal se mostra como um lugar em que se manifestam, com insistência, efeitos de *dramatização discursiva*, definida como a *mise en mots* não apenas dos polos da comunicação (o "eu", o "tu"),

mas também do “ele” sob a forma de *tiers parlant*. Esse terceiro falante é apresentado, pelo autor, enquanto um conjunto indefinido de enunciados disponibilizados aos enunciadores, cujos traços se manifestam por: “as pessoas dizem que...”, “se diz que...”, “se pretende que...”, “meu amigo me disse que...”, “ele declarou que...”, mas também por enunciados pertencentes à massa interdiscursiva (*doxa*) e se encontram acessíveis ao locutor nos diversos espaços do cotidiano, contribuindo na caracterização do que se tem denominado por “discurso relatado” (Peytard, 1993).

Atualizados pela instância de pessoa, tais enunciados podem tomar formas indeterminadas e formas determinadas de apresentação. Porém, o locutor ao tomar para si a voz do terceiro, não o faz indistintamente, mas como parte do seu projeto de intervenção, pela linguagem. Nessa direção, obtém realce aquilo que Peytard (1993) denominou por *Alteração*, enquanto processo de variação do sentido das palavras e de apropriação pelo sujeito falante, que se utiliza das possibilidades de produção de “novos” sentidos das palavras por meio da transformação de sentidos estabelecidos em discursos anteriores. Não são, portanto, apenas as formas de apresentação dos enunciados disponibilizados pelo terceiro que estão em jogo, mas todo o processo de semiotização das formas e de transformação do sentido em novas intervenções. As estratégias discursivas parecem servir a esse projeto de ação do sujeito falante.

A noção de *jogo avaliativo*, também exposta pelo mesmo teórico, parece-nos bastante produtiva nessa empreitada levada em frente pelo locutor. O jogo avaliativo (implícito ou explícito) é percebido, pelo autor, como um dos componentes do processo de *reformulação* e de transformação que envolve o terceiro. Na medida em que o sujeito falante joga com a voz do terceiro - aquela voz que melhor serve ao seu projeto - e que pode reter ou dissipar elementos semânticos presentes no discurso primeiro, ele assume o produto da semiotização atualizado em seu novo discurso.

Nessa identificação da noção de jogo avaliativo, enquanto parte de uma semiótica da alteração, como designou Peytard, realçaremos a atualidade teórica desse autor, principalmente para o entendimento do discurso dirigido ao espaço público da polêmica, ou, numa melhor identificação, em torno das querelas e “temas quentes” da disputa política. Para isso, examinaremos um momento distinto de encenação de estratégias discursivas na campanha eleitoral para a Presidência do Brasil, em 2010: uma querela em torno do problema da corrupção¹.

O nosso foco de análise partirá do noticiário do chamado discurso de informação midiática (fragmentos de jornais impressos, jornais televisivos e produções disponibilizadas *online*) e de declarações políticas que envolveram, como protagonistas, os candidatos José Serra, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT, realçando os procedimentos de formulação e de reformulação no tempo do acontecimento discursivo, em enunciados do primeiro candidato.

Ao tratar dessa questão, parece-nos possível afirmar que estaremos diante não apenas de processos de apresentação de novas palavras e sentidos que manteriam alguma proximidade para com o discurso terceiro, mas também da

busca de efeitos de persuasão eleitoral, em quadros de dramatização, espaços de construção identitária e de luta política - em torno de votos do eleitor cidadão e de valores sociodiscursivos que permitiam tornar esse eleitor um co-enunciador político. Em tais espaços, o discurso midiático poderá ser percebido como uma espécie de arquivo (Foucault, 2007), de onde recolhemos o nosso *corpus* e como indício discursivo de enunciados de outros protagonistas na disputa política. Ao final, também pretendemos demonstrar como as noções avançadas por Jean Peytard contribuem para uma abordagem atual sobre a memória discursiva.

1. Candidatos, mobilização de recursos e alteração discursiva

A campanha eleitoral é um espaço determinado da política em que os candidatos, de acordo com as suas possibilidades, colocam em movimento um conjunto variado de recursos em busca das metas almeçadas pelos seus respectivos projetos de conquista e ou de manutenção do poder. Durante os pleitos e no momento final de avaliação dos mesmos, tem sido comum que os analistas, convocados pela mídia, destaquem os fatores econômicos (capital financeiro do candidato ou capacidade para obtenção de financiamento da campanha), os fatores políticos (capital político do candidato ou capacidade para angariar apoio das elites políticas) e, por vezes, até mesmo os fatores sociais (a exemplo da disposição ou capacidade para a busca de apoio entre as lideranças religiosas e seus fiéis seguidores) como fundamentais no jogo sucessório. Pode-se pensar, portanto, nos recursos econômicos, jurídicos, políticos, religiosos etc., enquanto capacidades específicas dos candidatos para a busca de votos dos cidadãos.

Sem desconhecer a importância dessa tradição de análise, postulamos que, os recursos discursivos (capacidade para a persuasão eleitoral enquanto parte da conquista e ou consolidação do poder) têm sido cada vez mais os definidores dos pleitos. É a partir dos mesmos que vemos, por exemplo, se definir o próprio cenário de apoio aos candidatos nos campos econômico, jurídico e mesmo religioso. Compreendemos ser essa uma alternativa que se acentua no período atual e que, talvez, possa ser explicada como um índice daquilo que Lyotard (1998) identificou com um sintoma da pós-modernidade: em meio a um cenário em que as grandes narrativas de fundamentação da vida coletiva se tornaram cada vez mais fluidas, a constituição de novas alianças têm o discurso, enquanto manifestação no espaço público, e a produção midiática como uma possibilidade privilegiada.

Essa orientação para os recursos discursivos não se dá de maneira aleatória. Ela tem estreita relação com a importância que a própria mídia assume no contexto das relações atuais da vida sociopolítica. Quer dizer, é preciso que a considere no quadro atual de redimensionamento das situações de comunicação, enquanto uma das características da produção midiática, em que se verificam a ampliação do número de participantes no jogo discursivo, a inserção de novas tecnologias e a expansão das possibilidades de circulação de informações - em especial, numa escala globalizada. Aliás, juntamente com a expansão das situações de comunicação, amplia-se o próprio horizonte das interações e interlocuções que mesclam, às informações antigas, as novas maneiras de se perceberem as relações, os valores e os objetos do cotidiano.

Com isso, o homem político, que, por vários anos, se viu criticado enquanto portador de um discurso vazio e de promessas não cumpridas, busca recompor-se pela aproximação (e quiçá, a transformação) do seu discurso para com o discurso midiático. Ele procura, assim, incorporar em sua atividade os recursos (e, se possível, o próprio dispositivo) da mídia para que ele próprio possa se colocar como locutor, mas, deseja, sobretudo, que os produtores do discurso midiático coloquem em evidência o seu dizer. Ou seja, comportando-se como produtor de fatos e declarações que poderão se tornar comentários e informações, quer esses sejam efêmeros quer sejam duradouros, é na mídia que, majoritariamente, o candidato deposita as suas esperanças de conquista do eleitor-cidadão.

Isso ocorre como resultado bem sucedido do próprio dispositivo que caracteriza a informação midiática, em que o a **instância de produção** coloca em movimento um conjunto de atores (jornalistas, redatores, diretorias etc.), cada vez mais qualificados, que, articuladamente, desempenham papéis diversos no tratamento da informação (na pesquisa, na seleção, na transmissão, nos comentários e na provocação de debates) como objeto de interesse da **instância de recepção**, que se presume desejosa da informação (Charaudeau, 2006). Pesquisar os fatos (sociais, políticos, naturais, discursivos etc.) que devem se tornar informações, agir na seleção dos mesmos, realizar e provocar comentários, inclusive com a voz de especialistas e, mesmo trazer à tona o debate e administrá-lo no cotidiano, são ações em que a fala do terceiro, enquanto candidato, bem como os fatos que ele “cria” podem se constituir em um bom objeto de informação. E, dessa maneira, os ditos e os fatos que envolvem enunciados dos candidatos têm a chance de ser retomados, semiotizados e ressignificados por um conjunto de profissionais da notícia e especialistas no trabalho com a linguagem, que irão disponibilizar o novo discurso como informação desejada pela instância de recepção.

Entretanto, toda essa energia na produção desse discurso midiático não corresponde exatamente à certeza de uma propaganda disponível a qualquer candidato. Como descreve Charaudeau (2009), trata-se de uma produção que se dá em meio à dupla dimensão lógica que caracteriza a finalidade informativa: uma finalidade simbólica de informar em nome de valores democráticos e uma finalidade pragmática de conquista do maior número de leitores, de ouvintes, de telespectadores, já que o órgão de informação e submete à concorrência e insere-se nas relações mercantis. A primeira finalidade, ética, orienta a instância de produção a tratar a informação, a relatar e a comentar os acontecimentos da maneira mais crível possível. Já a finalidade comercial orienta as ações da instância midiática para um tratamento da informação de maneira a captar o maior número de receptores possível. Assim, orientando-se entre expectativas de credibilidade e expectativas de captação, a mídia constrói o seu discurso como informação, mas numa dinâmica de espetacularização, em que o fato ou acontecimento discursivo se constitui como efeitos de dramatização discursiva, enquanto um objeto do mercado. Isso tem implicações nos processos de alteração, quando a informação se constrói a partir de enunciados em que o terceiro é um candidato em campanha eleitoral: não é qualquer manifestação anterior que serve ao seu projeto de construção, e a construção da informação não será efetivada pelo acaso.

2. Serra, Dilma e as denúncias de corrupção

Durante o primeiro mandato do governo de Lula (2002 - 2006)², em que pese a boa avaliação popular do ex-presidente, diversos representantes do executivo e parlamentares (tanto do PT quanto dos partidos aliados) foram acusados de participação em processos de corrupção, a exemplo do que ficou conhecido como mensalão. Isso fez com que alguns deputados do PT e da base de apoio ao governo, além de ministros e assessores importantes, fossem afastados dos seus cargos e funções. E, mais importante para o nosso caso, as denúncias e acusações divulgadas pela mídia favoreceram a instituição, pelos membros da oposição e adversários políticos do governo, de uma espécie de estigma, no sentido atribuído por Goffman (2004)³ em relação aos governistas na condução das questões que envolviam recursos públicos: sob esse olhar, o Governo Lula passou a símbolo de toda a corrupção. Ou seja, não importava mais se as denúncias e acusações tivessem sido apuradas, que fossem verdadeiras ou prováveis. Algumas sequer eram sustentadas por muito tempo; outras sim. Porém, o que importava é que, pela atividade recorrente da denúncia constituía-se esse estigma que permitiria relacionar as ações de governo à corrupção.

Tal dinâmica não se deu apenas no plano das ações de gestão política e econômico-financeira do governo. Como expansão desse raciocínio estigmatizante, o germe da corrupção se espalharia por todo o tecido político e para o domínio das relações privadas. De acordo com o discurso oposicionista, assim se constituía um *governo de alopados*, que se utilizava do tráfico de influência para a obtenção de dados de foro íntimo e invioláveis; que utilizavam-se de informações confidenciais como recursos de pressão, para inibir a ação dos adversários; enfim, um governo em que seria corrente fatos como a “quebra de sigilo”, “elaboração de dossiês” etc.

Menos presente durante o segundo mandato do governo Lula, na campanha eleitoral de 2010, a prática da denúncia de corrupção voltou a ocupar o cenário político. Em pelo menos três episódios, tornou-se elemento importante no embate entre o candidato da oposição, José Serra, e a candidata Dilma Rousseff, que representava a continuidade do governo. E, apesar de que, no cotidiano nacional a corrupção constitui-se, infelizmente, como uma prática muito ampla e não circunscrita a um ou outro governo, coube a José Serra a iniciativa verbal de denúncia de fatos localizados exclusivamente no período de gestão do presidente Lula, em que possíveis irregularidades pudessem ser identificadas.

O tema é bastante instigante. Cada caso que se apresenta nessa direção poderia ser um interessante objeto de análise, enquanto típico acontecimento discursivo e seus processos de alteração (entre enunciadores, no tempo e no espaço). Contudo, no limite deste artigo, examinaremos apenas um deles: o episódio que veio a público no dia 31 de agosto de 2010, e que logo foi denominado, pela mídia, como “Quebra de sigilo de Verônica Serra”, filha do então candidato José Serra.

A primeira notícia que recolhemos sobre o fato foi divulgada pelo jornal “Estado de São Paulo”, na data acima. Pela proximidade geográfica e pelas fontes citadas,

possivelmente, este Jornal tenha sido pioneiro na informação. Enquanto tal, consideraremos essa como fonte do discurso pioneiro, para efeito da presente pesquisa. A seguir, reproduzimos um pequeno fragmento da notícia impressa:

Documentos da Receita mostram que sigilo fiscal de filha de Serra foi violado

Leandro Colon e Ana Paula Scinocca / BRASÍLIA - O Estado de S. Paulo

Documentos da investigação da Corregedoria da Receita Federal revelam que o sigilo fiscal de Verônica Serra, filha do candidato tucano à Presidência da República, José Serra, foi violado no dia 30 de setembro de 2009. O acesso foi feito pela funcionária Lúcia de Fátima Gonçalves Milan, que é lotada na Receita do município de Santo André (SP). A funcionária entrou no sistema e, segundo os documentos da Corregedoria a que o Estado teve acesso, ela coletou as declarações de Imposto de Renda (IRs) dos anos de 2008 e 2009.

Na noite desta terça-feira, 31, a assessoria do Ministério da Fazenda disse ao Estado que a funcionária Lúcia Milan teria um documento provando que o acesso ao IR de Verônica Serra foi “motivado”.

Três detalhes dessa informação serão realçados: i) a forma passiva utilizada no título da notícia: “o sigilo fiscal... *foi violado*”; ii) a data de ocorrência do fato: “no dia *30 de setembro de 2009*”; iii) a prova de que não se tratou de um ato accidental: “a assessoria do Ministério da Fazenda disse ao Estado que a funcionária Lúcia Milan *teria um documento provando que o acesso ao IR de Verônica Serra foi “motivado”*”. Essa voz primeira da informação, ao trazer à tona que *alguém violou o sigilo fiscal da filha de Serra* já o fez como efeito de um drama misterioso, para o qual contribuiu o recurso da passiva. Com esse, a ação tornou-se mais viva e contundente, ocupando o espaço da notícia como elemento importante no jogo político. Mas, afinal quem violou o sigilo? Essa é a questão que poderia se instalar como suspense nesse acontecimento. Contudo, naquele momento seria apenas uma questão retórica, já que a memória de outros discursos apontava para um imaginário de ações dos membros do governo (“os aloprados”), sobretudo os indivíduos que estivessem diretamente envolvidos na campanha da candidata Dilma Rousseff. Porém, a informação frequentou o noticiário de forma insistente nos próximos dias, foi objeto de reformulações, investigações e comentários. Durou cerca de um mês, até que foi se arrefecendo no decorrer do seu trabalho de elucidação, perdendo o estatuto de prova da corrupção petista: um “tema quente” da campanha, sob patrocínio dos adversários de Dilma Rousseff.

Apesar de o Jornal “Estado de São Paulo” indicar que se tratava de um ato de desobediência à norma, pode-se dizer, também, que houve um certo distanciamento desse veículo quanto à própria informação: *violar* equivale também a abrir algo que deveria estar guardado ou, simplesmente, acessar dados que não são públicos. A menção à data em que se deu o *ato de violar* é também importante. Possibilita perceber que ele ocorreu há, exatamente, 11 meses da data da sua descoberta ou da divulgação. Quer dizer, já se passara praticamente 1 ano e, somente, naquele momento, em plena campanha eleitoral, torna-se informação. A presença já do discurso relatado e o uso do imperfeito também é interessante, pois nos indica quais são as fontes do jornal e qual é a capacidade (ou incapacidade) das mesmas em serem fiadoras do acontecimento: “A assessoria... *disse que...* Lúcia Milan *teria um documento...*”

A primeira reformulação dessa informação, que recolhemos, foi processada por José Serra. Na mesma noite em que o Jornal “Estado de São Paulo” divulgou-a, Serra concedeu uma entrevista à Rede Globo de Televisão. Em uma retomada dramática e digna do pai vitimado pela violência contra a sua filha, ele assumiu, para si, os enunciados do terceiro, em um interessante processo de alteração. Na verdade, a questão colocada pelo jornalista entrevistador não continha nenhuma relação com o fato, mas com um escândalo político (corrupção) que envolvia um aliado tradicional de José Serra. Entretanto, o pai - candidato encontrou as estratégias discursivas adequadas para inserir a problemática em sua enunciação, num *jogo avaliativo* próprio da querela política:

William Waack: (Eu tenho mais uma pergunta sobre problemas na sua campanha. No inquérito do Mensalão do DEM de Brasília, por exemplo). A Polícia Federal chama o ex-governador de chefe de uma organização criminosa. Ele pertenceu ao DEM, um partido tradicionalmente aliado ao PSDB, como todas as pessoas interessadas em política sabem. Nós podemos assumir que isso prejudicou a sua campanha?

José Serra: Eu acho que não. Mas de... Já que você tocou no assunto criminoso, deixa eu tocar noutro assunto. *Hoje veio a público um fato criminoso. Qual foi? O sigilo fiscal da minha filha foi quebrado num ato criminoso, no ano passado, para efeito de exploração política.* (...) [grifo nosso]

Entrevista ao “Jornal da Globo”, em 31/08/2010.

Serra não cita a sua fonte. Segundo ele, o acontecimento “veio a público”; como se, em si, estivesse escondido. Mas foi revelado. Por um acaso? A partir de uma investigação? Não. Ele, simplesmente, surgiu no cenário da campanha eleitoral. Algo que habitava o submundo da política apareceu, de repente. Implicitamente, é como se muitas outras irregularidades do governo estivessem lá, também escondidas. Seria preciso desconfiar do governo do PT! Entretanto, parece que não foi o acaso que contribuiu para esse fato (“um fato criminoso”). O autor primeiro do discurso foi apagado, para que se criasse o efeito de revelação. Por este, José Serra poderia se colocar como o sujeito do embate contra as irregularidades do governo. O pai e candidato torna-se o paladino na luta contra a injustiça e o autoritarismo. Opera-se um jogo de imagens importante. Transformava, no entanto, o sentido primeiro: não se trataria mais de violação do sigilo bancário, enquanto ato administrativo a ser apurado, mas de “Quebra do sigilo”, como uma ação violenta de ruptura da norma democrática. Mas, quem violou o sigilo? Quem rompeu a normalidade democrática?

José Serra: (continuação da resposta de José Serra:) O sigilo fiscal da minha filha foi quebrado num ato criminoso, *pela turma da Dilma.* (...) [grifo nosso]

Entrevista ao “Jornal da Globo”, em 31/08/2010.

Aqui, do processo de reformulação, surge a primeira resposta à pergunta implícita naquele que agora se tornou discurso terceiro: (“o acesso ao IR de Verônica Serra”) *O sigilo fiscal da minha filha foi quebrado* (“foi motivado”) *num ato criminoso.* “Um ato criminoso” que teria sido praticado por um funcionário do governo, mas não por um servidor público qualquer. Trata-se de um ato criminoso que teria sido praticado pela *turma da Dilma* - uma designação

que indicaria o comprometimento da candidata Dilma Rousseff com o crime contra a família José Serra e como prova da (provável?) ruptura democrática. Aliás, a designação “turma da Dilma” não aparece por acaso. Denominar o outro, adversário, como “quadrilha de...”, “bando de ...”, “grupo de...”, “turma de...” etc., tem sido uma prática linguageira corrente na trajetória política, principalmente, de regimes autoritários. A este respeito, o repertório da luta política internacional é ilustrativo: a parte cruel, fora da norma do regime é também designada à parte: são “os aloprados”. Implicitamente, portanto, esse ato criminoso contra a oposição e, principalmente, o insinuado olhar vigilante e de exceção do grupo que controla o governo sobre a família do principal opositor seria uma ilustração da prática de um Estado autoritário. Quer dizer, tal ato inseria-se na construção autoritária do poder; era algo contra o regime democrático. Por isso, precisaria ser denunciado, ser combatido e extirpado do cenário sociopolítico nacional numa espécie de cruzada democrática, organizada pelos pais de família, pelos homens bons e honrados, e, enfim, pelos cidadãos.

Nessa linha, a informação cede-se à denúncia. E, como tal, o “ato de denúncia” de autoria de José Serra foi amplamente repetido e recolocado em cena nos dias seguintes, em importantes processos de reiteração e, a cada vez, também, como processos de alteração. Comparado a outros possíveis casos de “ruptura da democracia” e de “quebra de sigilo” que teriam ocorrido em momentos diferentes, durante o governo de Lula, a primeira informação - a informação do jornal Estado de São Paulo, de 31 de agosto, parecia se perder no caminho das “novas” informações. Outras palavras e outros sentidos foram sendo incorporados à informação pioneira. E, na medida em passava o tempo, novos elementos se juntavam e alteravam o enunciado anterior, mesmo porque uma rede de investigações, inclusive do próprio governo (a Polícia Federal) buscava elucidar o ato.

Essa última, talvez, não fosse uma medida imaginada por José Serra - que o próprio governo ordenaria a realização imediata de uma investigação para desvendar o mistério. Com isso, o tempo contribui para que novas informações se incorporem, como descrições mais detalhadas sobre o acontecimento. O espaço sintagmático do culpado, do vilão ou responsável pelo desempenho da ação violenta (“pela turma da Dilma”) passa a incorporar outras designações e processos de nomeação. Constrói-se uma teia de implicações políticas que evidenciava o próprio acirramento da disputa eleitoral. E, aos poucos, indicava-se que o mistério poderia ser elucidado, inclusive com a descrição minuciosa de possíveis traços característicos de outros ocupantes do espaço da vilania. Este é um dos sentidos que se instala, abaixo:

Procuração para violar sigilo de Verônica Serra foi feita por Atella Ferreira

Chama-se Antônio Carlos Atella Ferreira o autor da procuração usada para acessar as declarações de renda de Verônica Serra, filha de José Serra (PSDB). A Receita determinou nesta quarta-feira pela manhã a investigação sobre a autenticidade do documento. A assessoria de Verônica informou que ela não conhece a pessoa que fez a procuração.

(www.estadao.com.br/noticias/nacional,procuracao-para-violar-sigilo-de-veronica-serra-foi-feita-por-atella-ferreira,603629,0.htm) [01/09/2010]

Antônio Carlos Atella Ferreira era, até então, um indivíduo desconhecido, apesar de instalar-se no espaço da passiva. Era um simples Contador, mas acostumado a aventuras profissionais nas fronteiras das ações lícitas, pelo que parece. Doravante, passaria a um lugar de destaque no noticiário. Porém, qual seria a sua verossímil identidade política? Em um momento, era dito que se tratava de algum filiado ao PT (“Escândalo: Quebra de sigilo fiscal de Verônica Serra foi feita por um contador processado em Rondônia e filiado ao PT de São Paulo”, www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/no-horario-eleitoral-psdb-critica-quebra-de-sigilo-da-filha-de-serra/); em outro momento, era dito como eleitor de José Serra, do PSDB (“Antônio Carlos Atella Ferreira, apontado como o homem que teve acesso aos dados fiscais de Verônica Serra, filha do candidato à presidência da República pelo PSDB, afirma que é eleitor de José Serra e que nem sabia que ele tem uma filha. “Eu sou eleitor de Serra”, afirmou...”), e como alguém que demonstrava certo desprezo pelo PT (... Antes, questionado se tem ligações com o PT, Atella afirmou: “Não, nem conheço e tenho nojo de quem tem”. (...) [<http://gl.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/suspeito-de-violar-sigilo-da-filha-de-serra-diz-que-nao-sabia-de-parentesco-html>]).

Não se estava, contudo, diante de um simples processo de alteração, mas de algo bem complexo: uma batalha entre vozes distintas, que integram, com os seus traços ideológicos, os inúmeros enunciados circulantes, . Espalhadas por todo o país, essas funcionam como saberes, imaginários, formulações dóxicas e possibilidades de redimensionamento do fato. Na medida em que se inserem nas informações, incidem no quadro de dramatização e de espetacularização próprio da mídia - cada vez mais presente no espaço do discurso político. Próprias do espaço dialógico, afirmamos, com Bakhtin (1992), apresentam-se, também, como possibilidades de alterações mais vigorosas nos ditos anteriores, instalando outras verdades. Nesse espaço, o próprio Serra passaria a diminuir o tom da de denúncia em suas reformulações, repassando ao seu Partido autonomia para conduzir as investigações sobre a suposta quebra de sigilo de Verônica Serra pela turma da Dilma (“Serra delega ataques contra quebra de sigilo fiscal ao PSDB”). Mesmo porque, outras vozes, como aquelas do inquérito instalado pela Polícia Federal, passavam, como fruto das investigações, a apontar que a violação de sigilo teria sido um produto da disputa entre o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e o paulista José Serra, ambos do PSDB, quando eram ainda pré-candidatos, em 2009, na disputa interna do Partido para a definição sobre qual deles seria o candidato à presidência. Assim, o processo de reformulação abria-se a novos sentidos: um processo espúrio, por certo, em que determinado jornalista, ex-integrante do Jornal Estado de Minas, aparecia como ordenador dos movimentos para a quebra do sigilo de Verônica Serra, para formar um dossiê para o possível cliente Aécio Neves. Assim, em blog do jornal “Hoje em Dia”, também de Minas Gerais e concorrente do Jornal “Estado de Minas”, o jornalista Claudio Humberto publica que:

Quebra de sigilo pode ser obra de tucanos

A investigação sobre a violação do sigilo fiscal de Verônica Serra, filha do candidato José Serra, atribuída a “aloprados” do PT, pode revelar a surpresa de ter sido obra dos próprios tucanos. Na época, setembro de 2009, havia uma guerra interna pela indicação

do PSDB para a disputa presidencial. Aliados de Aécio Neves atribuíam à turma de Serra a produção de dossiês contra o então governador de Minas. E vice-versa.

[www.hojeemdia.com.br/claudio-humberto-1.12113/quebra-de-sigilo-pode-ser-obra-de-tucanos-1.167213]. (20/10/2010)

Até que outras vozes se instalaram em definitivo, a exemplo da informação abaixo, retirada à Revista “Carta Capital”:

PF: quebra de sigilo de Verônica Serra e outros que imprensa atribuiu a PT foi feita por jornalista a mando de Aécio Neves mesmo.

(Revista *Carta Capital*, 20/10/2010).

Assim, no processo de retomada, como reformulação do dito pelo terceiro, o próprio discurso de informação midiática, bem como a produção dos seus jornalistas e os processos empreendidos pelo candidato José Serra foram dando novos sentidos à suposta violação do sigilo do Imposto de Renda de Verônica Serra. Para não se ver em contradição, o candidato e pai, que no primeiro momento construiu para si a imagem de vítima do autoritarismo e paladino na luta contra a (suposta) ruptura democrática, teve que, a partir de determinado momento, abdicar-se de participar dessa teia discursiva, ou seja, o próprio jogo avaliativo indicava-lhe que era o momento desse deixar de lado as ações como protagonista. O processo de reformulação havia fugido ao seu controle. Instalava-se já, como fruto do próprio das retomadas e de reformulações de outros atores, no tempo e no espaço, um sentido novo e completamente diverso daquele que veio à tona no dia 31 de agosto de 2010. Evidenciava-se que, desta vez, os aloprados poderiam estar no próprio partido de José Serra. Contudo, os processos de retomada foram sendo menos recorrentes, até que a mídia não mais produziu sobre o assunto, faltando-nos informações sobre o desfecho da história.

Considerações finais

A partir das noções de alteração e jogo avaliativo, examinamos uma querela sobre o problema da corrupção, enquanto “tema quente” da disputa eleitoral. Refletimos sobre os processos de retomada dos enunciados apresentados, pioneiramente, pelo jornal “Estado de São Paulo”, como informação sobre o acontecimento chamado “Quebra de sigilo de Verônica Serra”, filha do então candidato à Presidência da República, José Serra. Procuramos realçar alguns procedimentos de reformulação e a variação que as informações sofreram no tempo e no espaço do acontecimento. Apontamos, ao final, que não houve um fechamento do caso, ficando no ar o que realmente teria acontecido, mesmo que as informações derradeiras demonstrassem a possibilidade de a “quebra de sigilo de Verônica Serra” ter sido obra do “fogo amigo”, no interior do PSDB. Entretanto, uma questão permeou toda a análise e sobre essa gostaríamos de apontar algumas considerações para encerrar este artigo: as implicações do discurso terceiro e dos processos de reformulação memória discursiva.

Há, sem dúvida, uma questão importante na memória dos eventos e na memória discursiva. A informação pioneira, sob trabalho de reformulação pelos interessados, instala-se na memória dos acontecimentos como verdade. Pela

recursividade, pelo repetição e o trabalho parafrástico, o próprio processo pode levar à formulação de crenças e imaginários que também ganham o valor de verdade, mesmo que, no processo de reformulação os enunciados anteriores percam esse estatuto. Infelizmente, essa é uma conclusão próxima da máxima de que “uma mentira repetida mil vezes equivale a uma verdade”, em prática sob o nazismo.

Quer dizer, no cenário do embate político ou na polêmica discursiva no domínio político, o reconhecimento de uma nova verdade, no processo de reformulação, não apaga, necessariamente, os discursos anteriores, que permanecem na memória discursiva. No caso em pauta, permanece no imaginário, por exemplo, o estigma anti-petista, mesmo que o cenário político atual se constitua com um espaço democrático (?) de interlocução. Não há, pois, como deixar de considerar, nesse caso, a força do imaginário e da ideologia, enquanto outras tipologias terceiras (voz de classe, voz popular, vozes do poder financeiro, etc.), ou elementos que, de alguma maneira, contribuem na configuração do sentido dos enunciados em ação. Não há como deixar de considerar, também, a força do discurso midiático. Mesmo que não o tenhamos como inteiramente autônomo na formulação da informação, é impossível não considerar a força que constitui no processo de formação da opinião.

Notas

¹ O problema da corrupção no Brasil é preocupante. Dados do relatório anual *Assuntos de Governança*, do Banco Mundial, indicam a gravidade da situação: o país registrou a marca de 47,1 numa escala de 0 a 100, a respeito da eficiência no combate à corrupção na década passada. Esse é um índice ruim. Países como Chile, Costa Rica e Uruguai obtiveram marcas aproximadas de 90,0. É pior ainda se considerarmos a cultura de impunidade, que sobrevive em toda a República, e que permite a convivência com escândalos diversos. Para contraposição, associações e organizações da sociedade civil têm se mobilizado em campanhas diversas. No entanto, muito se tem que realizar neste sentido, e não há como imaginar que o problema se restringe às ações de um ou de outro governo. (Para acesso ao problema, ver: *Transparência Brasil*: organização independente e autônoma, fundada em 2000, por indivíduos e outras organizações não-governamentais comprometidos com o combate à corrupção. (Cf. www.transparencia.org.br)

² Ex-operário e ex-sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, do PT, cumpriu, como Presidente do Brasil, dois mandatos. Em 2002, foi eleito, no segundo turno, com 61,3% dos votos, tendo como principal concorrente o ex-Ministro da Saúde José Serra, do PSDB. Nesse primeiro mandato, entre 2002 e 2006, desenvolveu um governo com apoio popular, apesar de escândalos e denúncias de corrupção envolvendo membros do governo. Ao concorrer para o segundo mandato, teve como principal adversário outro representante do PSDB, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alkmin. Lula foi eleito novamente com quase 61% dos votos. Em 2010, a avaliação de desempenho do governo manteve-se alta durante todo o período. Por exemplo, no início do mês de agosto, o Jornal O Globo noticiava que a “Popularidade de Lula é de 80,5%, aponta pesquisa CNT/Sensus”, e afirmava que, no mês de maio, a avaliação pessoal do presidente era de 83,7%, segundo o mesmo Instituto de Pesquisas (O Globo, 05 de agosto de 2010). No encerramento desse segundo mandato, as pesquisas de opinião apontavam que Lula detinha a maior popularidade já alcançada por um chefe de governo no Brasil, com avaliação de desempenho positiva altíssima, segundo os principais institutos de pesquisa: o IBOPE, com 87%; o DATAFOLHA, com 83%, e a CNT-SENSUS, com 87%. As avaliações levaram em conta o desempenho pessoal e do governo, em relação à situação econômica e social do país. Cf. *Lula encerra governo com aprovação recorde, mostra CNI-Ibope*. Correio Braziliense (16 de dezembro de 2010); *Aprovação de Lula chega a 83%* (19 de dezembro de 2010); *Lula encerra governo com aprovação*

recorde de 87% da população (29 de dezembro de 2010). Ver também: *O país que ele construiu*. Isto É - Dinheiro (29 de dezembro de 2010).

³ O estigma, no sentido de Goffman está relacionado aos atributos sociais conferidos aos indivíduos, como trações de negação identitária. No caso em pauta, é como se o alcance do estigma pudesse abranger um conjunto de indivíduos reunidos em determinadas crenças partidárias que têm em comum o fato de chegar ao governo e participar decisivamente do poder institucional pela primeira vez, como indivíduos formados fora dos grupos dominantes de poder.

⁴ O escândalo do mensalão é o nome dado à crise política que se estabeleceu no governo Lula entre 2005 e 2006, quando se descobriu um forte esquema de pagamento de propinas, envolvendo empresários, parlamentares e agentes do executivo, para custear ações de interesse do governo. Cerca de 40 envolvidos foram denunciados e respondem judicialmente, em processos que se serão julgados, sob acusações diversas, como formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e evasão de divisas, no segundo semestre do ano em curso.

⁵ Na campanha, três episódios tornaram-se temas da campanha: “a quebra de sigilo de Verônica Serra”, o “episódio Elenice Guerra” e o “esquema Paulo Preto”. Este último envolvendo não o PT, mas o PSDB,

⁶ Trata-se de uma entrevista previamente agendada entre a emissora de televisão e o candidato, para o denominado *Jornal da Globo*. Durante o período da campanha, a emissora realizou inseriu na programação dos seus jornais as entrevistas com os candidatos, cada qual em uma data previamente agendada e todas com o mesmo tempo de duração.

⁷ Na China, após a morte de Mao Tsé-Tung, essa prática foi oficializada com a prisão e julgamento popular do grupo responsável pela Revolução Cultural, que era formado por 4 (quatro) militantes do partido comunista. No processo chinês, os ex-líderes da revolução tornaram-se o “bando dos quatro” ou “camarilha dos quatro”. Todos foram condenados a fortes penas (de 20 anos à pena de morte, transformada, posteriormente, em pena de prisão perpétua.

Referências bibliográficas

Bakhtin, M. 1992. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

Charaudeau, P. 2006. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Correa. São Paulo: Contexto.

Charaudeau, P. 2009. Une éthique du discours médiatique est-elle possible ? *Revue Communication*. Vol. 27, n.2. Québec : Éditions Nota Bene.

Foucault, M. 2007. *Arqueologia do saber*. 7ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Goffman, E. 2004. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora LTC.

Liotard, J-F. 1998. *A condição pós-moderna*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Editor José Olympio.

Peytard, J. D'une sémiotique de l'altération. *Semen* [En ligne], 8. Revue de sémio-linguistique des textes et discours. Consultada em 02 de julho de 2012. URL : <http://semen.revues.org/4182>.

Jornal Estado de São Paulo. Documentos da Receita mostram que sigilo fiscal da filha de Serra foi violado. Data: 31/08/2010. <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,documentos-da-receita-mostram-que-sigilo-fiscal-de-filha-de-serra-foi-violado,603216,0.htm>. Consultado em 30/01/2012.

Rede Globo de TV. Entrevista de José Serra ao *Jornal da Globo*. *Jornal da Globo*, 31/08/2010. <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/09/jornal-da-globo-entrevista-jose-serra.html>. Acessado em 30/01/2012.

Jornal Estado de São Paulo. Procuração para violar sigilo de Verônica Seerra foi feita por Atella Ferreira. <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,procuracao-para-violar-sigilo-de-veronica-serra-foi-feita-por-atella-ferreira,603629,0.htm> Data: 01/09/2010. 31/01/2012. Acessado em 31/01/2012.

Jornal Correio24horas. Escândalo: Quebra de sigilo fiscal de Verônica Serra foi feita por um contador processado em Rondônia e filiado ao PT de São Paulo. In: www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/no-horario-eleitoral-psdb-critica-quebra-de-sigilo-da-filha-de-serra/ Acessado em 31/01/2012.

Jornal Globo.com. Suspeito de violar sigilo da filha de Serra diz que não sabia de parentesco. In: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/suspeito-de-violar-sigilo-da-filha-de-serra-diz-que-nao-sabia-de-parentesco.html> Acessado em 31/01/2012.

Carta Capital. PF: quebra de sigilo de Verônica Serra e outros que imprensa atribuiu a PT fi fiea por jornalista a mando de Aécio Neves mesmo. Data: 20/10/2010. In: <https://humbertocapellari.wordpress.com/2010/10/20/pf-quebra-de-sigilo-de-veronica-serra-e-outros-que-imprensa-atribuiu-a-pt-foi-a-feita-por-jornalista-a-mando-de-aecio-neves-mesmo/>. Acessada em 30/01/2012.

Jornal Hoje Em Dia. Quebra de sigilo pode ter sido obra de tucanos. In: www.hojeemdia.com.br/claudio-humberto-1.12113/quebra-de-sigilo-pode-ser-obra-de-tucanos-1.167213. Data: 20/10//2010. Acessada em 30/01/2012.